

CONSTRUÇÃO DE BASE DE DADOS ESPACIAL PARA A CARACTERIZAÇÃO ESPAÇO TEMPORAL DOS CONFLITOS DE TERRA NA AMAZÔNIA

Wellington Augusto Araújo Farias¹ (FATEC, Bolsista PIBIC/CNPq)
Maria Isabel Sobral Escada² (INPE, Orientadora)
Ana Paula Dal'Asta³ (INPE, Coorientadora)

RESUMO

No bojo das transformações da paisagem da Amazônia brasileira, duas lógicas econômicas associadas aos sistemas agrários e seus agentes sociais de produção, camponeses e patronais, mobilizam a economia agrária e sua dinâmica. Essas duas categorias, muitas vezes em contraposição, representam diferentes modelos econômicos e de ocupação, sendo a terra o recurso em disputa. Grande parte da terra incorporada nesses sistemas é produto de formas espoliativas de apropriação que levam à transformação da paisagem. Uma forma de reconhecer os mecanismos geradores de terra, onde atuam ou onde estão em curso no território, é a partir das situações de conflitos. Com os relatórios anuais da CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi construído um banco de dados contendo registros dos conflitos por terra de 2012 a 2021 que ocorreram nos nove estados integrantes da Amazônia Legal. Após filtrar os conflitos de interesse, foram realizadas correções e preparação dos dados para incorporação em ambiente SIG. Com os registros espacializados por município, procedeu-se a análise exploratória, para identificar padrões espaço-temporais da ocorrência dos conflitos. Nessa etapa, foram analisados os acumulados anuais, por estado e por categorias de quem sofreu e causou o conflito. Do total de conflitos registrados, o Maranhão representou 25%, seguido pelo Pará (18,97%), e Rondônia (12,71%). Ao longo do período analisado, identificamos tendências, como a estabilidade no número de conflitos por terra entre 2012 e 2015, com cerca de 400 conflitos/ano e o aumento para 733 registros em 2016. Nos anos de 2017 e 2018, a taxa manteve-se próxima à 600 conflitos/ano, ocorrendo um expressivo aumento no período de 2019 a 2021, chegando em 2020 a 1.042 registros. Posteriormente, identificou-se a presença de regimes espaciais em cada período por meio da utilização dos Índices Moran local e LISA. Os agrupamentos high-high estão associados a áreas históricas de ocorrência de conflitos (sudeste paraense) e a áreas de ocupação mais recentes, como a AMACRO (fronteira dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia), Amapá, o eixo da BR-163 no Pará e Roraima. Em Roraima observa-se uma maior contribuição dos registros em Terras Indígenas. As categorias analíticas de apreensão da economia agrária por município foram integradas ao banco de conflitos para identificar o reflexo dessa economia em movimento face às ocorrências de conflitos por terra. Os municípios com economias baseadas na pecuária e agricultura patronal concentraram quase 60% dos registros. Três processos podem ser descritos: dispersão, nos municípios com muitos conflitos;

¹ Aluno do curso de Graduação em Geoprocessamento - **E-mail: wellington.farias@fatec.sp.gov.br**

² Pesquisadora do INPE - **E-mail: isabel.escada@inpe.br**

³ Pesquisadora do INPE - **E-mail: ana.dalasta@inpe.br**

interiorização, para municípios com floresta mais íntegra; aumento de registros em municípios localizados na fronteira oeste da Amazônia, na calha do Amazonas e no eixo da BR-174. Observa-se a intensificação das situações de conflitos em municípios que tinham poucos registros, especialmente no Mato Grosso, onde o agronegócio predomina. Os resultados obtidos elucidam o comportamento diferenciado dos agentes sociais de produção realçando a assimetria de forças entre camponeses e agentes patronais, evidenciando a terra como recurso em disputa. Os agentes camponeses, indígenas e quilombolas são os que mais sofrem conflitos, sendo centrais na elaboração de estratégias e políticas para a proteção do bioma.

Palavras-chave: Amazônia Legal. Conflitos por Terra. Agentes Sociais de Produção. Sistemas Agrários.